



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

**ATA N.º 23**

**MANDATO 2021/2025**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Intervenção do público; -----
- 2 - Período antes da ordem do dia. -----

**ORDEM DO DIA** -----

- 1 – XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e/ou seu substituto. -----
- 1.1 - Eleição de representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva de acompanhamento da elaboração/revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) coordenada e presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-N); -----
- 2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----
- 2.1 – Declaração de Interesse Público Municipal – Rua Dom Sebastião (beneficiação) – Campo, Valongo. -----
- 2.2 - Oficina Municipal das Artes - Equipamento de interesse público a reconhecer pela Assembleia Municipal; --
- 2.3 - Proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 2.ª alteração ao mapa de pessoal de 2023; -----
- 2.4 - 3ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2023; -----
- 2.5 - Empreendimento de Habitação Social Mirante de Sonhos – Ermesinde - Aquisição do Prédio inscrito sob o Artigo 9471 e 20 frações do Prédio inscrito sob o Artigo 9466 - Registados sob as descrições n.ºs 5135/20001018 e 5275/20010402; -----
- 2.6 - Proposta de aprovação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária (PMSR); -----
- 2.7 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2024, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----
- 2.8 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2023, a cobrar no ano 2024; -----
- 2.9 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2024; -----
- 2.10 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2024. -----
- 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Maria Manuela Moreira da Rocha, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Verónica Maria da Silva



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Loureira, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Catarina Maria Moreira das Neves Lobo, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Esperança Maria de Oliveira Teixeira, Mário Rui Oliveira Monteiro e Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa tendo substituídos, respetivamente, por Daniel Filipe Pinto Moreira, Andreia Isabel Oliveira Gonçalves Abreu, Manuel Fernando Almeida Ferreira Pinho, Patrícia Maria Marques Maia e Joana Catarina Martins Machado. -----

Verificou-se a falta do Membro Jorge Manuel Mendes da Silva devido a imprevisto de última hora. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a inclusão de um ponto - Eleição de representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva de acompanhamento da elaboração/revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) coordenada e presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-N), o que foi **aceite por unanimidade**. -----

De seguida concedeu a palavra ao público. -----

O Município, **Araldo Rebelo**, disse que na travessa Ribeiro Cambado está a ficar uma lástima não se conseguindo passar a pé, gostaria de saber se está prevista e para quando alguma intervenção. -----

O Município, **Eduardo Sousa**, disse que reside na rua Santa Helena, esteve emigrado tendo regressado há 5 anos. -----

O Parque da Cidade, bom para as crianças e famílias, existem umas escadas por detrás do palco, designadas de anfiteatro, onde já lá caíram várias pessoas, na sua opinião deveria ser colocado um corrimão. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação à rua Santa Helena conhece a situação, vai solicitar aos serviços para fazerem uma avaliação. -----

O Vereador, **Ivo Vale das Neves**, disse que relativamente à travessa Ribeiro Cambado não está preparada para a circulação de carros, é uma passagem para peões, admite que não está em condições para pessoas com mobilidade reduzida, estando previsto um arranjo de manutenção para as pessoas poderem circular. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

O Membro do Grupo Municipal, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, apresentou o seguinte **Voto de Protesto**: -----

### **Voto de Protesto** -----

O aterro de Sobrado é um tema muito caro aos Sobralenses e aos valonguenses em geral. Impacta de forma significativa e há anos no ambiente e na qualidade de vida das pessoas que estudam, vivem e trabalham em Sobrado. -----

Um processo e uma história da qual fazem parte um licenciamento à revelia do PDM em vigor, queixas diversas acerca de odores hediondos, pragas e picadas de insetos, gaivotas e contaminação dos recursos hídricos, descargas de lixiviados, deposição de resíduos não identificados, deposição de amianto e matéria orgânica na mesma célula, deteção de insalubridade de águas residuais, instauração de processos de contraordenação e suspensão de licenças da Recivalongo. -----

Tendo em conta que este cenário ainda não é sequer um passado recente, marcando ainda a atualidade da Vila do Sobrado, é com grande incredulidade que recebemos a notícia de que a CCDR-N atribuiu uma nona licença de autorização para a entrada em funcionamento de um terceiro alvéolo no Aterro de Resíduos Industriais em Sobrado! -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 28 de setembro de 2023, aprova um voto de protesto pela decisão da CCDR-N de autorizar a entrada em funcionamento de um 3.º alvéolo no Aterro de Resíduos Industriais de Sobrado, que considera um verdadeiro atentado ao ambiente, à saúde e à qualidade de vida das pessoas que estudam, trabalham e vivem na Vila de Sobrado. -----

De seguida fez a seguinte intervenção: -----

O PS, não podia deixar de trazer a esta Assembleia Municipal, e de tal dar a devida relevância ao início da construção da variante à Estrada Nacional 15 que vai concluir a ligação entre a zona dos Lagueirões à dita na zona do Alto da Serra em Valongo. -----

Esta construção terá impacto na circulação entre freguesias e para quem diariamente aqui circula, vai-se traduzir numa melhoria significativa nesse trânsito. -----

Este era um anseio da população do concelho e era um desígnio de Executivo e do PS, que a breve trecho será uma realidade. -----

Independentemente das dificuldades que surgiram até ao início desta obra, a sua concretização, juntamente com as anteriores decisões deste executivo e que tiveram o apoio do Grupo Municipal do PS, é a execução coerente de planos que visam devolver os centros das nossas freguesias às populações, conferir mais segurança na circulação rodoviária nesses mesmos centros, implementando modos suaves de mobilidade. -----

Esta obra, simbolicamente, representa a evidência de uma estratégia que com o seu tempo e com o seu planeamento, concretizará uma mudança qualitativa para a população do concelho. -----

Referimos antes que esta obra melhorará a circulação inter-freguesias, objetivamente, permitirá uma ligação rápida a Alfena e ao concelho da Maia, através da Via do Lombelho. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O PS demonstra assim, a evidência que este executivo seja nas infraestruturas rodoviárias, seja na educação, seja na cultura, seja na área social, seja no rigor das contas do Município, age responsabilmente, no tempo devido e com obvias vantagens para o concelho. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, fez a seguinte intervenção: -----  
Venho aqui hoje, para falar sobre um assunto que tem preocupado cada vez mais os moradores de Ermesinde: a falta de policiamento na nossa cidade devido à falta de efetivos na esquadra da Polícia de Segurança Pública.

Somos uma comunidade que sempre se esforçou para construir um ambiente seguro e acolhedor para todos. No entanto, a falta de efetivos na esquadra da PSP tem tornado essa tarefa cada vez mais difícil. Estamos a viver uma crescente sensação de insegurança. Provavelmente o senhor Presidente da Câmara irá dizer que a criminalidade não aumentou, e isso até pode ser um facto, mas não devemos esperar que ela aumente para agirmos. -----

A presença da polícia nas ruas é essencial para garantir a proteção dos nossos cidadãos e a manutenção da ordem pública. Com esta falta de efetivos, o tempo de resposta em emergências tem se tornado excessivamente longo, deixando os moradores vulneráveis e à mercê da criminalidade. -----

Além disso, estamos a enfrentar uma realidade preocupante: temos uma população que se tem mantido estável nos 40 mil habitantes, enquanto o policiamento está a diminuir. Isso representa um desequilíbrio perigoso e coloca em risco a segurança de todos nós. -----

Devemos lembrar que a ausência de policiamento não afeta apenas a segurança física das pessoas, mas também gera inúmeros impactos sociais e psicológicos. O medo de sair de casa, a sensação de impunidade dos criminosos e a desconfiança generalizada prejudicam a nossa qualidade e vida e o desenvolvimento da cidade.

Diante dessa situação preocupante, é fundamental que a Câmara Municipal de Valongo se preocupe com a segurança da população de Ermesinde. É urgente que medidas sejam tomadas para reverter este quadro e garantir o retorno do policiamento efetivo na nossa cidade. -----

Venho aqui solicitar à Câmara Municipal que priorize a segurança dos cidadãos de Ermesinde, fazendo os esforços necessários para aumentar o efetivo existente na esquadra da Polícia de Segurança Pública e usando os recursos adequados para que isso aconteça. Os moradores de Ermesinde necessitam de se sentir protegidos e confiantes em relação ao seu bem-estar. -----

Não podemos permitir que a falta de policiamento continue a comparecer a nossa paz e tranquilidade. A segurança é um direito de todos, e é nosso dever lutar por ela. Da parte do Grupo Municipal do PSD pode contar com toda a colaboração necessária numa luta que é de todos. Temos de exigir a ação imediata e efetiva das autoridades competentes para garantir um futuro melhor para Ermesinde. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, apresentou os seguintes documentos: -----

**Requerimento** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Permitam-nos, antes de mais, saudar a Câmara Municipal pela decisão de adquirir ao IHRU os edifícios inacabados e abandonados do Empreendimento Mirante de Sonhos de modo a dar resposta às necessidades habitacionais dos valonguenses, sobretudo daqueles que mais carências tem. -----

Em junho de 2021, aprovámos a Estratégia Local de Habitação apresentada nesta Assembleia Municipal, que reviu em alta as carências habitacionais dos valonguenses face ao levantamento realizado em 2018 pelo IHRU, propondo ao programa “1.º Direito” um número bastante mais elevado de situações de carência, num total de 855 famílias. -----

A aquisição dos edifícios inacabados do Empreendimento Mirante de Sonhos correspondem é um avanço na concretização desta Estratégia, ainda que longe dos objetivos propostos. -----

Deste modo, vimos requerer informação sobre que outras ações estão em curso, ou previstas, de modo a concretizar os objetivos da Estratégia Local e qual o número de pedidos de habitação camarária no momento atual. -----

### **Requerimento** -----

Cada vez mais o reforço da oferta, frequência e conforto do transporte público é sinónimo de qualidade de vida. A vida diária comprova a necessidade de aprofundar e alargar a resposta, designadamente ao nível do transporte ferroviário, em particular através da reabertura do serviço ferroviário de passageiros entre Leixões e Ermesinde, com ligação a Campanhã, com os ajustes ao nível do conforto das estações e da criação de novas estações que sirvam importantes áreas industriais e favorecem a intermodalidade com o metro e STCP, conforme consta de proposta do PCP aprovada por unanimidade na Assembleia de República em 2018. -----

A Câmara de Valongo organizou, no passado mês de agosto, a segunda edição da Festa do Ferroviário, da qual fez parte uma conferência que visava dar destaque à importância da linha de Leixões. Destaque-se que vários intervenientes – políticos e técnicos – confirmaram a importância da linha de Leixões e a possibilidade da sua concretização. -----

A intervenção do administrador da CP, confirmando que a linha de Leixões pode entrar em funcionamento de imediato parece deixar de fora o serviço de passageiros na estação de Ermesinde, privando do reforço da oferta a população do único concelho do Grande Porto não servida pelo metro. -----

Assim, a CDU vem requerer informação sobre que diligências foram tomadas pela Câmara Municipal no sentido de promover a reabertura do serviço ferroviário de passageiros entre Leixões e Ermesinde, bem como o resultado das mesmas. -----

### **Requerimento** -----

O trânsito na Rua Central da Costeira, em Campo, tem vindo a registar, nos últimos tempos, um aumento significativo, tendo em conta que a sua localização permite um melhor acesso a novos complexos habitacionais, ao parque de jogos do Sporting Clube de Campo, assim como a alguns polos da zona industrial de Campo ali perto localizados. -----

O alargamento da rua na parte final da mesma é um desejo dos seus utilizadores e a própria Junta de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado reconhece essa necessidade, tendo incluído esta melhoria na relação de prioridades para 2023, que enviou para a Câmara Municipal de Valongo ainda em 2022. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, a CDU requer ser informada sobre qual a intenção da Câmara em proceder ao alargamento da Rua Central da Costeira. -----

### **Recomendação** -----

Em Sobrado, na Rua Dr. Fernando Melo, no acesso à Gandra, verificamos que os passeios, de ambos os lados da rua, requerem manutenção porque se encontram partidos em várias partes do trajeto. Ao mesmo tempo, junto à ponte da Gandra existem caixas de serviços a necessitar também de intervenção, configurando estas situações um perigo para quem circula a pé naquela artéria. -----

Deste modo, vimos recomendar Câmara Municipal a intervenção urgente nesta artéria da freguesia. -----

### **Recomendação** -----

Em 2022, apresentámos nesta Assembleia Municipal uma recomendação para que fossem criadas no lugar da Gandra, em Sobrado, condições de circulação para os autocarros de passageiros e para que o futuro local para os mesmos darem a volta tivesse lugar mais à frente e debaixo da A-41, onde existem condições para isso, alargando-se assim a utilidade daqueles transportes a todos os habitantes daquela área, alguns dos quais já com idade avançada. -----

Hoje, continua a não perspetivar-se o desejo dos moradores do final do lugar da Gandra de ver os autocarros a darem a volta debaixo da A-41 e deste modo servi-los no embarque e desembarque mais próximo das suas casas, pelo que voltamos a recomendar à Câmara Municipal que avalie as melhores possibilidades para garantir condições aos moradores deste lugar. -----

### **Recomendação** -----

Os habitantes da travessa Ribeiro Cambado em Valongo, desde o n.º 30 ao n.º 390, se pretenderem deslocar-se ao centro da cidade de Valongo em viatura automóvel, vêem-se obrigados a circular pela Estrada Nacional n.º 15 no sentido Porto e, chegados à rotunda do Alto da Serra, contorná-la para regressar a Valongo. -----

Uma vez que existe uma ligação entre a travessa Ribeiro Cambado e a rua Teófilo Braga que muito facilitará o quotidiano dos moradores da primeira, mas que parte do percurso está intransitável, recomendamos que a Câmara Municipal intervenha com celeridade, tornando aquele percurso agora intransitável num recurso útil para os seus moradores. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, apresentou a seguinte **Moção**: -----

### **Moção - Apoio às manifestações pela habitação a 30 de setembro** -----

No artigo 65.º da Constituição Portuguesa consta que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.” Nesse sentido o estado tem a responsabilidade, entre outras, de “Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social”. -----

Ultimamente, a habitação tem representado um debate fulcral na esfera pública, dada a polarização de opiniões que orbitam esta questão. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Até que ponto a população pode estar satisfeita com o modo como este assunto, tão sensível à vida de cada um, é tratado pelo governo agora em funções? -----

As estatísticas não mentem. Dados divulgados pela EUROSTAT a 5 de julho do presente ano revelam que no primeiro trimestre deste ano, enquanto os preços dos imóveis caíram 0,9% em média na zona euro (relativamente ao trimestre anterior), no nosso país subiram 1,4%. Se fizermos a comparação com os últimos 12 meses anteriores a março, assistimos a um aumento ligeiro de 0,4%, enquanto em Portugal aumentaram 8,7%. Porém estamos a considerar a aquisição de imóveis, que para a maioria da população já é considerado um luxo. Quanto aos arrendamentos, os dados também não perdoam. Enquanto a média europeia do primeiro trimestre corresponde a uma subida de 0,9%, a média portuguesa atingiu os 1,6%. De igual forma, os dados resultantes da comparação entre os 12 meses anteriores a março respeitam a mesma tendência, com subida de 2,7% na média europeia e 4,2% na média portuguesa. Juntando isto ao facto de os portugueses estarem constantemente a perder poder de compra, onde segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) este caiu 4% em 2022, os factos alinham-se numa conclusão lógica e inevitável, o povo português está a ser prejudicado num dos seus direitos constitucionais: o direito à habitação. -----

A questão da habitação não é um problema único e isolado, não é uma luta singular, é uma luta de todos. É uma luta civilizacional. -----

Um salário não chega para pagar a renda, há estudantes a desistir do Ensino Superior e pessoas a serem despejadas das suas casas. -----

O governo apresentou um programa com medidas que em nada resolverão os problemas no setor da habitação: mantém os benefícios fiscais para quem lucra com a crise, perpetua os vistos Gold e não chama a banca à sua responsabilidade. -----

Por estas razões, consideramos que é da mais elementar dignidade para todos estabelecer um teto máximo nas rendas, obrigar os bancos a baixar as taxas nos créditos à habitação, acabar com o regime de privilégio para os residentes não habituais, criar limitações ao alojamento local e maior segurança nos contratos de arrendamento; medidas que aqui apresentamos para responder ao problema da habitação e que o governo insiste em rejeitar. -  
Deveremos lutar por casas para morar e não para especular. -----

No passado dia 1 de abril saíram à rua milhares de pessoas em luta pelo seu direito à habitação. Ainda descontentes, vão sair novamente dia 30 de setembro e só vão parar até lhes darem o que lhes pertence. -----

Certamente haverá quem, nesta Assembleia Municipal, diga que este “assunto”, a manifestação por habitação, não é “assunto” de discussão na Assembleia Municipal. -----

Para esses, digo que todos os assuntos que possam influenciar a vida dos munícipes, é, também, da responsabilidade da Assembleia Municipal pronunciar-se. -----

Haverá também quem possa justificar, a não tomada de posição ao lado de quem luta por habitação, como sendo uma forma “radical” de tentativa de resolução dos problemas. Para esses, dou o exemplo da nossa democracia. Certamente que no 25 de abril de 1974, assim como hoje, houve e haverá, quem pense que a revolução de abril foi uma forma “radical” de sair da ditadura e abraçar a democracia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Enquanto, Membros Municipais, temos o dever de trabalhar pela melhoria das condições de vida e de todos os munícipes, e esse trabalho engloba também o envio de um sinal de esperança a todos aqueles que lutam pelo direito à habitação. -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 28 de setembro de 2023, consciente da dificuldade no acesso à habitação e reconhecendo o direito à manifestação por acesso a direitos constitucionais, delibera: -----

Declarar apoio às manifestações pela habitação que se realiza no próximo dia 30 de setembro em Portugal. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, felicitou o Membro Miguel Oliveira nas suas novas funções de Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, por renúncia ao mandato do anterior Presidente de Junta. -----

Disse de seguida que uma das obras mais visíveis no território de Valongo tem sido a aposta em ciclovias e reestruturação de várias rodovias, ações tomadas de forma a incentivar a mobilidade suave, no entanto verifica-se ainda a inexistência de partilha de bicicletas, solução necessária para a correta aplicação das ciclovias e mobilidade suave, bem como infraestruturas nas estações de comboio para a preservação de bicicletas dos utilizadores de meios de transportes públicos, assim questionava quais os planos para a implementação dessas soluções. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Fernando Jorge da Neves Ferreira**, apresentou o seguinte **Voto de Louvor**: -----

### **Voto de louvor ao Executivo Municipal pelo trabalho desenvolvido em prol do desporto no concelho de Valongo** -----

O Grupo Municipal do PS quer hoje aqui assinalar o elevado desempenho desportivo a que temos assistido no nosso Concelho. É notório o aumento do número de praticantes e do número de eventos desportivos que as associações organizam com o apoio da Câmara (mais de 200 por ano). Mais atletas, mais associações, mais apoios e melhores condições, ajudam os clubes e os atletas a alcançarem mais e melhores resultados. Hoje queremos destacar e enaltecer o trabalho desenvolvido pelos clubes, com destaque para o sucesso alcançado pelas – Associação Desportiva de Valongo, Clube de Propaganda da Natação e Núcleo Cultural e Recreativo de Valongo, pela extraordinária época desportiva e conquistas alcançadas. -----

O nosso concelho possui condições naturais únicas para a prática do outdoor que o atual executivo municipal soube potenciar e promover criando circuitos seguros e apelativos nas serras. -----

Em complemento, o Executivo Municipal tem sabido encontrar uma estratégia bem conseguida, reabilitando e melhorando as condições das infraestruturas desportivas, apoiando os clubes e dessa forma, motivando praticantes, contribuindo assim para o desenvolvimento integral do individuo nas suas várias dimensões a saber, intelectual, física e emocional, entre outras. -----

Entendemos por isso que, a par de um território único, tem havido uma estratégia municipal consistente, de investimento nas pessoas, e nas infraestruturas do território. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

São exemplos bem conseguidos, a reabilitação integral do Pavilhão Municipal da Bela em Ermesinde e do Complexo Desportivo Montes da Costa que durante anos esteve esquecido. -----

São exemplos de boas práticas e foco na melhoria das condições para a prática desportiva os investimentos feitos, respetivamente, nos: -----

Pavilhão Municipal n.º 2 em Campo -----

Pavilhão Municipal n.º 2 em Sobrado -----

Pavilhão Municipal de Ermesinde -----

Pavilhão Municipal de Valongo -----

Piscina Municipal de Ermesinde -----

Piscina Municipal de Alfena -----

Estádio de Campo – António Jorge da Costa -----

Estádio Municipal de Valongo (que agora teve de ser interditado pelos motivos já conhecidos de todos) -----

Estádio Municipal de Ermesinde – Campo de Sonhos -----

Estádio Municipal de Sobrado -----

Polidesportivo Ribeiro Teles -----

Polidesportivo da Piscina de Ermesinde -----

Polidesportivo das Pedreiras -----

Como reconhecimento da assertividade das políticas desportivas, o Município tem merecido um conjunto de distinções que sublinham a pertinência do trabalho feito e encorajam à sua continuação para mais e melhor. ----

Em 2022, na categoria de Municípios entre 50 até 100 mil habitantes, Valongo obteve o Prémio “Oportunidades da prática Outdoor”, no âmbito dos Municípios Amigos do Desporto. -----

Obteve ainda, a Certificação da Bandeira da Ética, pelo Instituto Português da Juventude e do Desporto – IPDJ.

Foi também considerado Município Amigo do Desporto, o que se traduz num reconhecimento público de boas práticas e num compromisso de melhoria constante. -----

Pela constante preocupação com a segurança, conseguiu a Certificação do dispositivo de segurança da Piscina Municipal de Valongo. -----

Como suporte e acompanhamento, desenvolveu um Programa de apoio à Ética Desportiva Municipal, junto dos agentes desportivos do Concelho; e aderiu ao Cartão Branco do IPDJ, para enaltecimento das condutas eticamente corretas. -----

Destaca-se a promoção do Guia Geral de Utilização de Instalações Desportivas, que visa a otimização destes espaços, e a elaboração de um folheto intitulado “Educar para Ética Desportiva – um guia para pais”, para sensibilizar a comunidade desportiva para o respeito e fair play. -----

No âmbito do desporto Outdoor, o Município tem vindo a fazer um forte investimento, como é exemplo a construção dos – Centro de BTT, Centro de Trail Running, Trilhos Equestres, Centro de Escalada, Circuito de Contemplação, Escadaria da CucaMacuca, Ciclovía e Pista Urbana de Atletismo, a Via do Peregrino e o Centro Municipal de Marcha e corrida de Valongo e Ermesinde, sendo hoje considerado a “Capital do Desporto Outdoor”. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Através das novas tecnologias, o Município desenvolveu ainda uma Plataforma e Aplicação móvel denominada “Valongoinoutdoor” ([www.valongoinoutdoor.pt](http://www.valongoinoutdoor.pt)) para que todos possam conhecer e disfrutar do melhor que Valongo tem para oferecer na vertente do desporto e/ou do lazer. -----

Em Valongo, temos assistido a um crescimento do número de atletas e a um executivo sensível às questões do desporto, com uma grande proximidade e apoio junto dos agentes desportivos, num investimento acumulado que já ascende a mais de seis milhões de euros. -----

E porque o Desporto é Saúde, investir no desporto significa o compromisso com uma vida melhor. -----

Assim a Assembleia Municipal, reunida no dia 28 de setembro de 2023 aprova um voto de louvor pelo conjunto das políticas desenvolvidas por este executivo no âmbito do Desporto. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Maria da Trindade Morgado do Vale**, disse que relativamente à habitação, que continua a fazer notícia pelo pior motivo, ou seja pela subida de taxas de juro ou pelos preços astronómicos praticados no mercado de arrendamento, estando as famílias cada vez mais condicionadas no seu orçamento mensal pelos valores que têm de pagar pelo crédito à habitação, ou renda. -----

Por esses motivos são cada vez mais as pessoas que têm de entregar as suas casas, regressando algumas às casas de familiares mais próximos, mas muitos têm de recorrer a apoios sociais e engrossar as longas listas de espera para habitação social, Valongo não será com certeza exceção à regra nacional. -----

O concelho tem, desde 2021, aprovada a Estratégia Local para a Habitação que prevê no espaço de 6 anos um investimento de 41 milhões de euros, abrangendo 855 famílias, investimento facilitado agora pela dinamização do Plano de Recuperação e Resiliência. -----

Assim, gostaria de saber o que está a Câmara Municipal de Valongo a fazer relativamente ao Plano Estratégico para a Habitação, bem como se o mesmo está a ser cumprido. Fala-se em 110 novas habitações sociais onde e quando vão ser construídas, que critérios basearam a escolha das localizações. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que relativamente à questão da segurança em Ermesinde a esquadra da PSP não vai fechar, não é verdade que ande menos polícia na rua, não pode haver um polícia por cada casa, no Relatório Anual de Segurança Interna verifica-se que a criminalidade tem vindo a baixar não só no país como em Valongo. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à questão da segurança trata-se de uma luta em que estão todos do mesmo lado. -----

Os últimos dados da PSP e da GNR o concelho de Valongo é um dos concelhos da Área Metropolitana que menos criminalidade tem, existem problemas, como em todos os concelhos, designadamente nas áreas maior densidade populacional, como Valongo e Ermesinde. -----

Existem alguns casos, vão continuar a existir, roubo, criminalidade não violenta, um fenómeno preocupante que é a questão da violência doméstica. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida que existe a perceção de grande insegurança, há canais mediáticos que durante o dia criam e aumentam a sensação de insegurança. -----

O Porto avançou com a vídeo vigilância, um instrumento para combater a perceção de insegurança, aquilo que tem vindo a defender nas reuniões do Conselho Metropolitano, vivem numa Área Metropolitana densa, onde não há fronteiras, um núcleo onde vivem 1 milhão e 100 mil pessoas em zonas contínuas, só faz sentido haver esse tipo de meios se houver um projeto que seja metropolitano para perceber o tipo de fluxos, essa tecnologia não é colocada em qualquer lado, é sobretudo no acesso aos transportes públicos, locais de grande circulação de pessoas. -----

Não defende o encerramento de esquadras, embora há autarcas com opiniões diferentes, na sua opinião é importante continuar a ter esquadras, inclusive foi feita a reconversão do mercado de Valongo numa esquadra, em Ermesinde, embora o edifício seja privado, foram feitas obras de melhoria. -----

Relativamente à Estratégia Local de Habitação previa 855 habitações, das quais 423 a construir, 382 habitações já existentes que necessitam de obras para melhoria das condições e 50 são habitações próprias. -----

Neste momento quanto às 382 habitações estão 3 projetos aprovados e 5 em fase de candidatura, sendo aprovadas vão avançar, a sua localização é conhecida, entre as 44 em Mirante de Sonhos que estão por acabar há mais 3 lojas. -----

Vão fazer candidaturas para construção de cerca de 270 habitações, tendo neste momento dado instruções para que os blocos não sejam construídos em zonas isoladas, sim em zonas próximo dos transportes públicos e equipamentos, a construção em zonas isoladas foi um erro cometido em vários locais proporcionando a criação de gueto e graves problemas no futuro. -----

Sobre a linha de Leixões é preciso reconhecer que foi a iniciativa EnteLinhas - a festa do ferroviário, uma iniciativa criada para dar visibilidade ao mundo da ferrovia e dos ferroviários que colocou na ordem do dia a disponibilidade da CP para reabrir um dos ramais da linha, não foi por acaso que surgiu a conferência sobre o tema numa iniciativa integralmente financiada pela Câmara de Valongo. Não estão satisfeitos que não esteja incluída no estudo que foi feito, porque a linha tem dois ramais. -----

Portanto, do ponto de vista do conforto a ser ativado o ramal para passageiros que ligue Ermesinde ao ponto que vem do outro ramal, mas o que foi proposto não foi incluído esse ramal, vão continuar a lutar, estão a falar de minutos, neste momento o que defende é que abram, se lhe dizem que é possível abrir um novo ramal que abram, porque depois é muito mais fácil conseguir que o outro reabra. Neste momento a linha que vai de Ermesinde para Leixões já está aberta para transporte de mercadorias. -----

Quanto à questão da rua da Costeira vão estudar a situação, sobre a rua Dr. Fernando Melo na Gandra e sobre o lugar da Gandra em Sobrado, fizeram uma intervenção, os autocarros já podem dar a volta no centro da Gandra em Sobrado. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que relativamente às ciclovias que foram feitas não existe acessos pedonais, e se há estratégias para criação de locais junto às estações para guardar as bicicletas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Vereador, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que o Plano Municipal de Mobilidade para Todos e o Plano de Mobilidade Sustentável ficou definida uma estratégia para 10 anos onde iam implementar um conjunto de ações para melhorar a mobilidade, que têm estado a executar. -----

Têm vindo a alargar os passeios, rebaixamento das passadeiras, construção de ciclovias, têm vindo a criar condições essencialmente para segurança pedonal. -----

Primeiro começaram por beneficiar a segurança pedonal, melhorando e aumentando o número de passeios, antes de iniciarem a construção das ciclovias. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Moção** apresentada pelo BE: -----

### **Moção - Apoio às manifestações pela habitação a 30 de setembro** -----

No artigo 65.º da Constituição Portuguesa consta que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.” Nesse sentido o estado tem a responsabilidade, entre outras, de “Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social”. -----

Ultimamente, a habitação tem representado um debate fulcral na esfera pública, dada a polarização de opiniões que orbitam esta questão. -----

Até que ponto a população pode estar satisfeita com o modo como este assunto, tão sensível à vida de cada um, é tratado pelo governo agora em funções? -----

As estatísticas não mentem. Dados divulgados pela EUROSTAT a 5 de julho do presente ano revelam que no primeiro trimestre deste ano, enquanto os preços dos imóveis caíram 0,9% em média na zona euro (relativamente ao trimestre anterior), no nosso país subiram 1,4%. Se fizermos a comparação com os últimos 12 meses anteriores a março, assistimos a um aumento ligeiro de 0,4%, enquanto em Portugal aumentaram 8,7%. Porém estamos a considerar a aquisição de imóveis, que para a maioria da população já é considerado um luxo. Quanto aos arrendamentos, os dados também não perdoam. Enquanto a média europeia do primeiro trimestre corresponde a uma subida de 0,9%, a média portuguesa atingiu os 1,6%. De igual forma, os dados resultantes da comparação entre os 12 meses anteriores a março respeitam a mesma tendência, com subida de 2,7% na média europeia e 4,2% na média portuguesa. Juntando isto ao facto de os portugueses estarem constantemente a perder poder de compra, onde segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) este caiu 4% em 2022, os factos alinham-se numa conclusão lógica e inevitável, o povo português está a ser prejudicado num dos seus direitos constitucionais: o direito à habitação. -----

A questão da habitação não é um problema único e isolado, não é uma luta singular, é uma luta de todos. É uma luta civilizacional. -----

Um salário não chega para pagar a renda, há estudantes a desistir do Ensino Superior e pessoas a serem despejadas das suas casas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O governo apresentou um programa com medidas que em nada resolverão os problemas no setor da habitação: mantém os benefícios fiscais para quem lucra com a crise, perpetua os vistos Gold e não chama a banca à sua responsabilidade. -----

Por estas razões, consideramos que é da mais elementar dignidade para todos estabelecer um teto máximo nas rendas, obrigar os bancos a baixar as taxas nos créditos à habitação, acabar com o regime de privilégio para os residentes não habituais, criar limitações ao alojamento local e maior segurança nos contratos de arrendamento; medidas que aqui apresentamos para responder ao problema da habitação e que o governo insiste em rejeitar. -  
Deveremos lutar por casas para morar e não para especular. -----

No passado dia 1 de abril saíram à rua milhares de pessoas em luta pelo seu direito à habitação. Ainda descontentes, vão sair novamente dia 30 de setembro e só vão parar até lhes darem o que lhes pertence. -----

Certamente haverá quem, nesta Assembleia Municipal, diga que este “assunto”, a manifestação por habitação, não é “assunto” de discussão na Assembleia Municipal. -----

Para esses, digo que todos os assuntos que possam influenciar a vida dos munícipes, é, também, da responsabilidade da Assembleia Municipal pronunciar-se. -----

Haverá também quem possa justificar, a não tomada de posição ao lado de quem luta por habitação, como sendo uma forma “radical” de tentativa de resolução dos problemas. Para esses, dou o exemplo da nossa democracia. Certamente que no 25 de abril de 1974, assim como hoje, houve e haverá, quem pense que a revolução de abril foi uma forma “radical” de sair da ditadura e abraçar a democracia. -----

Enquanto, Membros Municipais, temos o dever de trabalhar pela melhoria das condições de vida e de todos os munícipes, e esse trabalho engloba também o envio de um sinal de esperança a todos aqueles que lutam pelo direito à habitação. -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 28 de setembro de 2023, consciente da dificuldade no acesso à habitação e reconhecendo o direito à manifestação por acesso a direitos constitucionais, delibera: -----

A Moção foi **reprovada por maioria** com 18 votos contra do Grupo Municipal do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, 9 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal do CDS e do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 3 votos a favor do Grupo Municipal da CDU, Grupo Municipal do BE e Grupo Municipal do PAN. -----

De seguida colocou à votação o **Voto de Protesto** apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

### **Voto de Protesto** -----

O aterro de Sobrado é um tema muito caro aos Sobralenses e aos valonguenses em geral. Impacta de forma significativa e há anos no ambiente e na qualidade de vida das pessoas que estudam, vivem e trabalham em Sobrado. -----

Um processo e uma história da qual fazem parte um licenciamento à revelia do PDM em vigor, queixas diversas acerca de odores hediondos, pragas e picadas de insetos, gaivotas e contaminação dos recursos hídricos, descargas de lixiviados, deposição de resíduos não identificados, deposição de amianto e matéria orgânica na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

mesma célula, deteção de insalubridade de águas residuais, instauração de processos de contraordenação e suspensão de licenças da Recivalongo. -----

Tendo em conta que este cenário ainda não é sequer um passado recente, marcando ainda a atualidade da Vila do Sobrado, é com grande incredulidade que recebemos a notícia de que a CCDR-N atribuiu uma nona licença de autorização para a entrada em funcionamento de um terceiro alvéolo no Aterro de Resíduos Industriais em Sobrado! -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 28 de setembro de 2023, aprova um voto de protesto pela decisão da CCDR-N de autorizar a entrada em funcionamento de um 3.º alvéolo no Aterro de Resíduos Industriais de Sobrado, que considera um verdadeiro atentado ao ambiente, à saúde e à qualidade de vida das pessoas que estudam, trabalham e vivem na Vila de Sobrado. -----

**Aprovado por unanimidade.** -----

Colocou de seguida à votação o **Voto de Louvor** apresentado pelo Grupo Municipal do PS: -----

**Voto de louvor ao Executivo Municipal pelo trabalho desenvolvido em prol do desporto no concelho de Valongo** -----

O Grupo Municipal do PS quer hoje aqui assinalar o elevado desempenho desportivo a que temos assistido no nosso Concelho. É notório o aumento do número de praticantes e do número de eventos desportivos que as associações organizam com o apoio da Câmara (mais de 200 por ano). Mais atletas, mais associações, mais apoios e melhores condições, ajudam os clubes e os atletas a alcançarem mais e melhores resultados. Hoje queremos destacar e enaltecer o trabalho desenvolvido pelos clubes, com destaque para o sucesso alcançado pelas – Associação Desportiva de Valongo, Clube de Propaganda da Natação e Núcleo Cultural e Recreativo de Valongo, pela extraordinária época desportiva e conquistas alcançadas. -----

O nosso concelho possui condições naturais únicas para a prática do outdoor que o atual executivo municipal soube potenciar e promover criando circuitos seguros e apelativos nas serras. -----

Em complemento, o Executivo Municipal tem sabido encontrar uma estratégia bem conseguida, reabilitando e melhorando as condições das infraestruturas desportivas, apoiando os clubes e dessa forma, motivando praticantes, contribuindo assim para o desenvolvimento integral do individuo nas suas várias dimensões a saber, intelectual, física e emocional, entre outras. -----

Entendemos por isso que, a par de um território único, tem havido uma estratégia municipal consistente, de investimento nas pessoas, e nas infraestruturas do território. -----

São exemplos bem conseguidos, a reabilitação integral do Pavilhão Municipal da Bela em Ermesinde e do Complexo Desportivo Montes da Costa que durante anos esteve esquecido. -----

São exemplos de boas práticas e foco na melhoria das condições para a prática desportiva os investimentos feitos, respetivamente, nos: -----

Pavilhão Municipal n.º 2 em Campo -----

Pavilhão Municipal n.º 2 em Sobrado -----

Pavilhão Municipal de Ermesinde -----

Pavilhão Municipal de Valongo -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Piscina Municipal de Ermesinde -----

Piscina Municipal de Alfena -----

Estádio de Campo – António Jorge da Costa -----

Estádio Municipal de Valongo (que agora teve de ser interditado pelos motivos já conhecidos de todos) -----

Estádio Municipal de Ermesinde – Campo de Sonhos -----

Estádio Municipal de Sobrado -----

Polidesportivo Ribeiro Teles -----

Polidesportivo da Piscina de Ermesinde -----

Polidesportivo das Pedreiras -----

Como reconhecimento da assertividade das políticas desportivas, o Município tem merecido um conjunto de distinções que sublinham a pertinência do trabalho feito e encorajam à sua continuação para mais e melhor. ----

Em 2022, na categoria de Municípios entre 50 até 100 mil habitantes, Valongo obteve o Prémio “Oportunidades da prática Outdoor”, no âmbito dos Municípios Amigos do Desporto. -----

Obteve ainda, a Certificação da Bandeira da Ética, pelo Instituto Português da Juventude e do Desporto – IPDJ.

Foi também considerado Município Amigo do Desporto, o que se traduz num reconhecimento público de boas práticas e num compromisso de melhoria constante. -----

Pela constante preocupação com a segurança, conseguiu a Certificação do dispositivo de segurança da Piscina Municipal de Valongo. -----

Como suporte e acompanhamento, desenvolveu um Programa de apoio à Ética Desportiva Municipal, junto dos agentes desportivos do Concelho; e aderiu ao Cartão Branco do IPDJ, para enaltecimento das condutas eticamente corretas. -----

Destaca-se a promoção do Guia Geral de Utilização de Instalações Desportivas, que visa a otimização destes espaços, e a elaboração de um folheto intitulado “Educar para Ética Desportiva – um guia para pais”, para sensibilizar a comunidade desportiva para o respeito e fair play. -----

No âmbito do desporto Outdoor, o Município tem vindo a fazer um forte investimento, como é exemplo a construção dos – Centro de BTT, Centro de Trail Running, Trilhos Equestres, Centro de Escalada, Circuito de Contemplação, Escadaria da CucaMacuca, Ciclovia e Pista Urbana de Atletismo, a Via do Peregrino e o Centro Municipal de Marcha e corrida de Valongo e Ermesinde, sendo hoje considerado a “Capital do Desporto Outdoor”. -----

Através das novas tecnologias, o Município desenvolveu ainda uma Plataforma e Aplicação móvel denominada “Valongoinoutdoor” ([www.valongoinoutdoor.pt](http://www.valongoinoutdoor.pt)) para que todos possam conhecer e disfrutar do melhor que Valongo tem para oferecer na vertente do desporto e/ou do lazer. -----

Em Valongo, temos assistido a um crescimento do número de atletas e a um executivo sensível às questões do desporto, com uma grande proximidade e apoio junto dos agentes desportivos, num investimento acumulado que já ascende a mais de seis milhões de euros. -----

E porque o Desporto é Saúde, investir no desporto significa o compromisso com uma vida melhor. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim a Assembleia Municipal, reunida no dia 28 de setembro de 2023 aprova um voto de louvor pelo conjunto das políticas desenvolvidas por este executivo no âmbito do Desporto. -----

**Aprovado por maioria** com 22 votos a favor e 8 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal da CDU e do Grupo Municipal do BE. -----

Seguidamente colocou à votação, por escrutínio secreto o ponto 1 – XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portuguese - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e/ou seu substituto, tendo sido **aprovado por maioria** com 27 votos a favor, 1 voto contra e 2 votos em branco. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1.1 - Eleição de representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva de acompanhamento da elaboração/revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) coordenada e presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-N), apresentando a sua candidatura, não se tendo verificado mais candidaturas colocou o ponto à votação por escrutínio secreto, sendo **aprovado por maioria** com 29 votos a favor e 1 voto contra. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.1 – Declaração de Interesse Público Municipal – Rua Dom Sebastião (beneficiação) – Campo, Valongo, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.2 - Oficina Municipal das Artes - Equipamento de interesse público a reconhecer pela Assembleia Municipal. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Ana Cláudia Silva Almeida**, fez a seguinte intervenção: -----

Reescrever nas linhas do Passado é, em parte, a definição do projeto “Oficina Municipal das Artes”, que nasce da requalificação e reconversão do edifício do antigo Cine Teatro de Ermesinde, que voltará a ser palco de tantos talentos. -----

A arte tem o poder de nos fazer sonhar. Com este projeto, todos os cidadãos poderão ter esse sonho um pouco mais próximo da concretização. -----

A educação e a formação são basilares numa sociedade e um direito de todos e é esse o objetivo do executivo da Câmara Municipal de Valongo, na implementação deste projeto. Esta oficina trará para cena todas as classes socioeconómicas, potenciando a participação ativa, no meio cultural, de todos os cidadãos independentemente das suas capacidades, conhecimento, origem, género e etnia. -----

A Oficina Municipal das Artes será um exemplo do potencial de regeneração que este tipo de projetos têm no tecido urbano e na sociedade na qual se inserem. Utiliza a arquitetura como um veículo transformador de um problema – este edifício histórico da cidade, que se encontra devoluto – numa mais-valia, devolvendo-o à sociedade (e à cidade), acrescido de um carácter educativo e performativo. -----

O seu desenho, forma e integração com a envolvente natural do Parque Urbano de Ermesinde poderá potenciar a criatividade dos seus utilizadores e estimular os visitantes, configurando aquilo que poderíamos designar como um “quartirão cultural e das artes”, situado no centro da cidade de Ermesinde. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Esta oficina será a terceira unidade cultural do município, em conjunto com a “Oficina Regueifa e do Biscoito”, em Valongo e a “Oficina do Brinquedo Tradicional Português”, em Alfena. A reconversão do antigo Cine Teatro de Ermesinde, em que tantos foram felizes, voltará agora a brilhar como elemento pulsante da vida artística e cultural na cidade. -----

O Grupo Municipal do PS louva a determinação e frontalidade do executivo da Câmara Municipal de Valongo em reconhecer a importância da arte na construção da identidade de um povo e, dessa forma, democratizar o acesso à cultura e promover a integração social das classes mais desfavorecidas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 - Oficina Municipal das Artes - Equipamento de interesse público a reconhecer pela Assembleia Municipal, sendo **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 - Proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 2.ª alteração ao mapa de pessoal de 2023. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que compete à Câmara determinar o Organigrama e classificar a atribuição de cargos de chefias e direções, pela primeira vez, na sua opinião, a Câmara está a tornar a máquina mais pesada, espera que definitivamente sirva para agilizar todos os serviços. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a Câmara de Valongo, para a sua dimensão, é das que tem menos chefias. -----

Quem governa tem direito a uma estrutura e a sua preocupação está centrada no número de pessoas, precisavam de mais pessoal. -----

Quando iniciaram funções constava do Mapa de Pessoal 665 trabalhadores, o Mapa de Pessoal que está em discussão tem 865 trabalhadores, sem as escolas, o que significa que houve um crescimento de cerca de 20 trabalhadores por ano, durante os últimos 9 anos, não tendo em conta o crescimento do orçamento e as novas competências. -----

Disse de seguida que têm vindo a modernizar o Município, durante a pandemia tiveram condições para trabalhar, a Câmara funcionou como se não houvesse pandemia, porque houve um investimento de forma a não aumentar muito os recursos humanos, pois os recursos humanos são uma despesa rígida, pois pode faltar dinheiro para tudo menos para os recursos humanos. -----

Quanto à proposta da nova Organização dos Serviços juntaram todas as áreas sociais num único departamento, pois foi lançado o desafio de combater a solidão. O combate à solidão não tem sido feito só pelo departamento social, mas, também, pelo desporto, cultura, cidadania, ambiente, todos têm políticas transversais. -----

O departamento que tinha sido criado era muito pesado, com cerca de 700 pessoa a seu cargo, perceberam que existem municípios que têm um departamento para o ambiente, um para o planeamento, um para o urbanismo, eles têm um departamento com tudo metido em divisões, e não abdicam disso. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Fizeram um ajuste de forma a conseguirem ser mais ágeis, não estão com uma estrutura mais pesada, estão a tentar manter. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3 - Proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 2.ª alteração ao mapa de pessoal de 2023, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 20 votos a favor, sendo 14 votos do Grupo do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos/a Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Abstenção: 10 abstenções, sendo 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, fez aa seguinte **Declaração de Voto**: -----

### **Declaração de Voto**

#### **2.ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 2.ª alteração ao mapa de pessoal de 2023**

No documento agora em discussão são eliminadas estruturas existentes, criadas estruturas e outras são renomeadas. Será difícil para qualquer um dos deputados desta Assembleia Municipal compreender as razões de tais alterações. O documento que temos para discussão apenas transmite as alterações, não havendo qualquer justificação para as mesmas, para além da descrita no artigo 6.º - Republicação, que destaca o processo de descentralização no domínio da educação, apesar de este já ter sido efetivado bem antes da 1.ª revisão de 2023. -----

Durante todos estes anos de mandato, o PS foi incapaz de discutir a estrutura da Câmara Municipal com as restantes forças políticas de forma séria e com objetivo de se chegar a uma estrutura que fosse facilmente explicada aos Valonguenses. Falamos do Partido Socialista, que em 20 de novembro de 2013 aprovou, com os votos contra da CDU, a reestruturação da Câmara Municipal de Valongo, argumentando que essa diminuição de divisões possibilitava “o aumento da comunicação, a flexibilização entre serviços e a desburocratização funcional, com o conseqüente aumento da produtividade e eficiência funcional... -----

Notoriamente uma estrutura menos complexa, menos pesada e obviamente mais flexível em termos funcionais, o que vai ao encontro das necessidades dos munícipes” (exposição apresentada nesta Assembleia pelo PS em 20 de novembro de 2013). O mesmo que agora propõe uma organização assente em 8 departamentos, 24 divisões e 16 unidades. O que terá mudado de 2013 para agora? Então a Câmara Municipal não era mais flexível com uma estrutura mais leve? Terá sido esta apenas uma manobra populista? A descentralização e competências justificará esta mudança repentina de visão? -----

A CDU avalia as alterações estruturais deste tipo seguindo uma premissa: as autarquias devem criar emprego quando pretendem ampliar e/ou melhorar os seus serviços, quando se pretende o alargamento das respetivas áreas de intervenção, quando há projetos de desenvolvimento local que o justifiquem. E quando a criação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

emprego se traduz objetivamente em ganhos de eficiência e na melhoria da atividade geral do órgão autárquico. Esta reestruturação tem por base esta premissa? -----

Por não conseguirmos compreender todos este processo, abster-nos-emos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.4 - 3ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2023. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Andreia Isabel Oliveira Gonçalves Abreu**, fez a seguinte intervenção: -----

Este orçamento segue já o rumo do orçamento relativo a 2022, que contou com 22 alterações que resultaram em 3 revisões. -----

Até ao momento, foram feitas 16 alterações e que resultaram nas revisões, que culminaram naquilo que nos traz hoje aqui: a proposta de aprovação da 3.ª revisão. Tantas alterações e revisões mostram, de certa forma o quão difícil é planear a orçamentação necessária à gestão desta Câmara Municipal. -----

No que diz respeito à obtenção de receita, tal como na revisão anterior, continuam a predominar as transferências da administração central, as candidaturas aprovadas a fundos comunitários e, infelizmente, empréstimos contraídos na banca e a outro tipo de sociedades financeiras. Não se pode dizer que não haja diversidade nas fontes de receita. -----

O orçamento da despesa tem vindo a aumentar, mas continua-se a verificar a retirada de dotação a rubricas habituais que mostram claramente a situação de desinvestimento nas estruturas económicas e sociais do Concelho que, essas sim, promoveriam o seu desenvolvimento sustentado. -----

Posto isto, reforçamos a nossa posição de não compactuar com o comprometimento do futuro do nosso concelho, decidindo por isso, abstermo-nos na votação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que uma revisão não é uma alteração, uma revisão ocorre quando aumentamos ou diminuímos o orçamento ou temos de incluir novas rúbricas. -----

Caso seja necessário fazer 40 alterações, faz, significa que têm os recursos calibrados, o que interessa é chegar ao fim do ano e gastar menos do que aquilo que recebem, que é o que tem acontecido todos os anos. ---

Esta a ser feita uma revisão porque pretendem avançar com os projetos para a Escola Básica S. Lourenço, em que conseguiram convencer o Governo a incluir no PRR, avançar com o projeto de execução da Escola Básica de Alfena, a Escola Básica D. António Ferreira Gomes, a Escola Básica São João de Sobrado, a Escola Básica de Campo, caso essas rúbricas não fossem inscritas não podiam avançar com os projetos. -----

Conseguiram junto das Infraestruturas de Portugal avançar com três protocolos onde a Câmara executará três grandes intervenções na EN15, em termos de segurança rodoviária, não estava prevista a EN105 e a EM209. --

No âmbito de uma operação do Transporte Público Municipal, do novo contrato, tiveram de inscrever uma rúbrica que não estava prevista, pois previam que só iniciasse no próximo ano, tiveram de incluir uma rúbrica para aquisição de paragens, postes e suportes informativos, bem como a instalação do equipamento. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.4 - 3ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2023, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 20 votos a favor, sendo 14 votos do Grupo do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos/a Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Abstenção: 10 abstenções, sendo 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - Empreendimento de Habitação Social Mirante de Sonhos – Ermesinde - Aquisição do Prédio inscrito sob o Artigo 9471 e 20 frações do Prédio inscrito sob o Artigo 9466 - Registados sob as descrições n.ºs 5135/20001018 e 5275/20010402. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que se trata de uma situação importante para a cidade de Ermesinde a aquisição de um prédio e 20 frações de outro no empreendimento de Mirante de Sonhos, que se encontrava ao abandono, devolutos, há 20 anos, frações que nunca chegaram a ser concluídas, quando existem famílias a necessitar dessas habitações. -----

Com a reabilitação dessas frações irão colocar no mercado de arrendamento apoiado 42 habitações que irão servir para alojamento de famílias no âmbito do programa Primeiro Direito, contribuindo para a melhoria das condições de vida de 42 agregados familiares. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Maria da Trindade Morgado do Vale**, deu os parabéns pela aquisição de Mirante de Sonhos, espera que tudo corra bem. -----

Naquele empreendimento tinha nascido um ATL que servia toda aquela população, que pertencia a uma instituição, mas devido à degradação dos prédios foi obrigada a retirar-se de lá. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, deu os parabéns à Câmara pela aquisição das habitações em Mirante de Sonhos, 42 habitações e 3 lojas, numa zona que não tem habitação nem lojas, portanto essas 3 lojas são importantes para as pessoas que vão para lá viver. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que o direito à habitação digna é um direito básico de todos os seres humanos, além das principais qualidades de uma sociedade saudável e equitativa, nem todas as pessoas têm acesso às mesmas condições ocasionando um desequilíbrio entre as comunidades que disfrutem de todos os seus direitos básicos e aquelas às quais foram negados os direitos de tudo aquilo que é mais elementar na vida de um ser humano. -----

É dever da Autarquia tentar equilibrar as desigualdades desenvolvendo o direito à vida, habitação e uma vida digna através da habitação pública ou social. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Dos direitos fundamentais que alicerçam a estrutura de cidadão está o sentido de pertencer a um lugar, uma direção, uma rua, um número de porta, uma casa, um lar, por isso o PAN louva a iniciativa da Câmara Municipal de Valongo na aquisição e reabilitação de fogos, outrora ao abandono como é o caso de Mirante de Sonhos. ----

-----  
O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que deixava uma questão não para criticar o processo, é daquelas simples mesmo, se é um erro de redação na segunda página quando diz os dois valores apresentados, se são apresentados pelo avaliador do Município de Valongo. -----

Em relação à aquisição propriamente dita para o BE só acrescenta que a medida peca pela tardia pelas várias condições explicadas ao longo do tempo, há vários anos que alertaram para a necessidade desta medida de forma a combater a necessidade de habitação no Município de Valongo, por outro verifica-se que a forma de aquisição tendo por base a avaliação é um encargo superior hoje ao que seria se a medida tivesse sido concretizada no passado. -----

-----  
O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que eram propriedade do IHRU e a Câmara não podia fazer a obra, não era possível fazer obra numa propriedade que não era da Câmara, andaram durante estes anos a tentar resolver, e neste processo tiveram a ajuda da Ministra da Habitação. -----

Sem a propriedade do equipamento não se pode utilizar as verbas do PRE pois vão adquirir as habitações com verbas do PRE, mas já estão a desenvolver os projetos de reabilitação, estão prontos, avançaram com o concurso público, estimam um valor de 5 milhões de euros, pois as habitações nunca foram terminadas tendo entretanto sido vandalizadas. -----

Disse de seguida que as 42 habitações, de várias tipologias, serão disponibilizadas em regime de renda acessível, àqueles que mais necessitam. -----

-----  
O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.5 - Empreendimento de Habitação Social Mirante de Sonhos – Ermesinde - Aquisição do Prédio inscrito sob o Artigo 9471 e 20 frações do Prédio inscrito sob o Artigo 9466 - Registados sob as descrições n.ºs 5135/20001018 e 5275/20010402, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.6 - Proposta de aprovação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária (PMSR), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado **por unanimidade**. -----

-----  
Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.7 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2024, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos. -----

-----  
O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que neste ponto iria abordar todos os pontos referentes à carga fiscal imposta às famílias e empresas do Município. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente ao IMI, que irá baixar em 2024, sendo uma boa notícia para os cidadãos parece-lhes pouco, parece-lhes que seja com fim eleitoralista, embora as eleições sejam daqui a 2 anos, baixa-se 0,01% em 2024, provavelmente em 2025 mais 0,01%, ou seja está-se a preparar o ano eleitoral. -----

O PSD tem vindo a defender a taxa mínima de IMI, de 0,30%, para que efetivamente as famílias sintam uma redução da taxa fiscal no concelho. -----

A taxa de IMI é uma fonte de receita fundamental para o Município, possibilita a realização de investimento em infraestruturas, saúde, educação e outras áreas essenciais para o desenvolvimento do concelho, no entanto o executivo camarário opta por despesas megalómanas, como a construção da nova Câmara, ao invés de baixar significativamente o IMI. -----

É cada vez mais importante destacar a necessidade de uma gestão responsável dos recursos municipais, como uma visão a longo prazo, ser mais ambicioso na redução desta taxa e baixar os despesismos, esse deveria ser o caminho a percorrer para um futuro sustentável contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos. Com as despesas avultadas que estão previstas para o futuro estarão a hipotecar os cofres do Município. -----

Em relação ao IRS, uma vez mais o executivo municipal opta por não ajudar as famílias e arrecadar a totalidade dos 5% da participação variável a que tem direito. -----

Passando para as empresas a política mantém-se aplicando 1,5% de Derrama e 0,25% da Taxa Municipal de Direito de Passagem. -----

Não chega baixar o IMI para 0,36%, longe do mínimo permitido de 0,30%, o executivo tem de ser mais ambicioso, mais determinado, ter um rumo, uma estratégia para Valongo no que diz respeito à política fiscal, instrumento essencial para garantir o investimento e dar uma noção de estabilidade a quem quer investir. -----

O Município perde a oportunidade de estar ao lado dos valonguenses aliviando a pressão fiscal de uma forma significativa, e não de uma forma residual. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que o IMI é uma das principais receitas dos municípios, números oficiais indicam o montante cobrado, em todo o país, num espaço de 10 anos passou de 1.3 mil milhões de euros em 2013 para 1.5 mil milhões de euros nos últimos anos. A progressão da receita não tem sido tão significativa em muitos municípios por força das isenções ou benefícios decorrentes do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

Para o BE o IMI pode e deve ser utilizado pelos municípios como instrumento fiscal para obter uma justa compensação à comunidade pela ocupação e uso privado de solo, também para combater as desigualdades territoriais. -----

O Código do IMI, mediante deliberação dos órgãos autárquicos, possibilita tratamento fiscal diferenciado para situações específicas como o aumento da tara para o triplo nos prédios que se encontrem devolutos há mais de um ano em ruína, fixação da taxa por freguesia, majoração ou minoração para 30% da taxa aplicável nas áreas territoriais correspondentes a freguesia ou zonas delimitadas de freguesias em situação de desertificação ou objeto de reabilitação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Aumentar em 30% a taxa aplicável a prédios degradados, redução até 20% da taxa a aplicar a prédios arrendados torna mais atrativo o arrendamento em determinadas freguesias ou zonas delimitadas de freguesias.

-----  
A elevação até 6 vezes a taxa anual, com limite de 12, a prédios ou frações autónomas devolutas há mais de um ano e que se localizem em zonas de pressão urbanística. -----

A Assembleia Municipal aprovou sob proposta da Câmara Municipal fixar a taxa do IMI a aplicar no ano de 2021 de 0,39, em 2022 de 0,38 e para 2023 de 0,37, como devolução e majoração idêntica a proposta para 2024 de 0,36, mantendo a dedução do IMI atendendo ao número de dependentes do agregado familiar em valores iguais ao ano anterior, ou seja, 20,40 e 70 euros, conforme se trate de 1, 2, 3 ou mais dependentes, mantendo a majoração do IMI nos moldes idênticos ao anterior. -----

Na assembleia municipal realizada em 28 de fevereiro do ano de 2023, o BE questionou a Câmara Municipal acerca do número de prédios devolutos existentes no Município, pergunta que não souberam responder se havia esses dados. -----

Na Assembleia Municipal no dia 27 de abril de 2023, o BE voltou a questionar acerca do número de prédios devolutos existentes no Município que poderiam estar abrangidos pela majoração do IMI ao qual responderam que o município não possuía esses dados, perante a proposta apresentada voltava a questionar, pois mantém a proposta de majoração do IMI nos prédios devolutos, se na prática é uma medida vazia no Município, ou já foi efetuado o levantamento dos prédios devolutos. -----

Uma vez que o Município, apesar da inflação e do aumento das taxas de juro associadas à especulação imobiliária, mantém a redução 0,01% da taxa do IMI, como se o custo de vida hoje fosse idêntico ao ano 2020, para o BE poderia e deveria introduzir mais justiça tributária penalizando fiscalmente os prédios devolutos, mas para isso é necessário o levantamento os prédios devolutos à mais de um ano e a correspondente aplicação das previsões legais e majoração do IMI, nesta matéria o atraso do executivo é inaceitável, como são outras escolhas e prioridades do executivo. -----

-----  
A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que a sua intervenção era transversal para todos os impostos em discussão. -----

O tema dos impostos é uma matéria sensível pelo que tem e deve ser tratado com devido cuidado e ponderação. Se por um lado os impostos constituem uma fonte de receita relevante para o Município, por outro têm a perfeita consciência do impacto que os mesmos têm na economia familiar, assim sendo será na conjugação desses dois fatores que se encontrará uma situação de equilíbrio profícua para ambas as partes. ----

No que concerne ao IMI está a ser proposta de descida para 0,36%, dado como cumprimento ou compromisso assumido de redução de taxas de IMI a 0,35% até ao final do mandato. Esta diminuição tem impacto imediato nas finanças dos valonguenses e será uma ajuda preciosa na atual conjuntura económica. -----

Quanto ao IRS a opção foi de manter participação variável nos 5%, fundamentada no facto de que as medidas fiscais em sede de IRS, em preparação pelo Governo, para o próximo Orçamento do Estado, terão um impacto mais imediato e mais incisivo, nesse contexto o Município terá condições para manter uma série de medidas e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

projetos que abrange de forma transversal os valonguenses, como, por exemplo, o fornecimento das refeições escolares, o Tok'A Mexer, programa ASA, programação cultural e o apoio às atividades das instituições desportivas, para além disso manterá a capacidade financeira para dar pronta e boa resposta em situações de emergência. -----

Consideram que o caminho escolhido permite responder às responsabilidades sociais e não hipotecam as finanças do Município, acreditam ser na ponderação e no equilíbrio que se encontram as soluções mais ajustadas. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que tendo como base o aumento das taxas de juro do crédito à habitação, consideram relevante a taxação do IMI pelo mínimo de 0,3%, garantindo atrativo a aquisição de habitação no concelho de Valongo, aliciando os senhorios a rentabilizar segundas habitações para arrendamento. -----

Assim, o Grupo Municipal do PAN considera insuficiente a redução do IMI para 2024, fixando o valor em 0,36%, tendo em conta as dificuldades que as famílias com crédito à habitação estão a sentir, bem como é seu entendimento que as instituições públicas devem estar presentes nos momentos de maior dificuldade par as famílias. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a redução do IMI iniciou em 2022 onde reduziram para 0,38% uma redução de 2,5%, em 2023 reduziram para 0,37, mais 2,5%, para o próximo ano uma redução para 0,36%, mais 2,5%, em 2025 para 0,35%, valor que nunca existiu no concelho. Não se trata de eleitoralismos, mas sim tinham um compromisso que vão honrar. -----

Normalmente quem defende a redução dos impostos de forma violenta são forças políticas ou movimentos ideológicos com uma visão mais liberal, representantes de setores com mais capacidade que nunca sentem a crise, a degradação das escolas, a degradação do sistema de saúde, porque têm dinheiro, acesso, influência, as chamadas sociedades influentes. -----

Fizeram um esforço muito grande ao abdicar de receita num concelho que não é rico, está na média a nível da Área Metropolitana, tem problemas como os outros, mas não tem a mesma capacidade porque vinha de trás um problema antigo, não tem capacidade de gerar receitas turísticas como outros, têm de viver com a realidade. ---

A Derrama é sobre o lucro, só paga quem tem lucro, o IRS há uma complementaridade entre a questão do IS e as medidas que o Governo anunciou. -----

Se fragilizarem as finanças do Município serão obrigados a tomar medidas, como o programa do ASA que tem cerca de 1100 seniores, um programa gratuito com um custo superior a 500 mil euros por ano, não havendo dinheiro tem de se cortar, pois não se pode cortar nos salários, na água, na luz, no gás nem nas telecomunicações. -----

O Tok'A Mexer custa às famílias 27 euros por semana, um dos programas mais baratos com qualidade, inclui a refeição, o lanche, as atividades, o transporte, tem um custo de 250 mil euros para a Câmara; o projeto "O





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Mercado” da Câmara implementado pela Cooperativa Agrícola que estimula a consumo de hortícolas e frutícolas produzidas localmente, um cabaz mais barato com um custo de 50 a 60 mil euros para a Câmara. ----  
As CAF e as AAF nas escolas implica para a Câmara um custo de 400 mil euros; a bolsa de estudo para o ensino superior são cerca de 100 mil euros; o Fundo de Emergência Social com cerca de 200 mil euros; o apoio aos bombeiros; têm acesso ao teatro, à cultura, a Casa do Conhecimento, o centro de Cidadania Digital, entre outros. -----

Disse de seguida que quando deixar a Câmara esta vai ficar com boas contas e capacidade de fazer obra, capacidade de responder aos mais carenciados e capacidade de fazer investimento. -----

A Casa da Democracia Local, não tinham recursos para ela só com o recurso ao endividamento, quando entrou para a Câmara por cada 100 euros de receita corrente o serviço da dívida era mais de 12 euros, hoje por cada 100 euros de receita corrente o serviço da dívida é cerca de 5 euros, a Câmara tem mais capacidade de assumir encargos. -----

Relativamente à questão do BE disse que mantém a majoração, ainda não têm a relação dos prédios devolutos, pensa que irão ter acesso a esses dados. -----

Quanto ao conceito de casa devoluta, há pessoas que têm uma casa onde não moram, mas não está devoluta, existe o princípio do respeito pela propriedade privada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.7 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2024, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 18 votos a favor sendo, 14 votos do Grupo Municipal de PS, 4 votos dos/a Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Contra: 9 votos contra sendo, 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----

Abstenção: 3 abstenções sendo, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Apesar de vermos com bons olhos uma ligeira descida do IMI de 0,37 de 2023 para 0,36 em 2024, o CDS/PP votou contra, a atual redução 0,36 parece-nos insuficiente e um esforço muito diminuto por parte da Câmara Municipal tendo em conta a situação económica atual gerada em grande parte da guerra na Ucrânia de forma a auxiliar as famílias a combater os efeitos da inflação. -----

Relembro que comparativamente aos 308 municípios do nosso país, Valongo com uma taxa IMI 0,36 está entre os municípios que estão nos valores mais elevados para o ano de 2024, podemos verificar que no restante país bastantes municípios estão a adotar a utilização da taxa mínima legal de 0.3 o que nos parece mais apropriado tendo a atual conjuntura. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Neste sentido o CDS/PP em conformidade com anos anteriores defende a alteração desta taxa para o valor mínimo legal de 0,3, de forma a criar medidas que apoiem realmente ajudem os Valonguenses, no seguimento no exposto e tendo em conta a atual redação deste documento o CDS/PP partilhando as preocupações coletivas à imensa carga fiscal que se coloca sobre os cidadãos, empresas e associações do município de Valongo, votou contra. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Marins Machado**, fez a seguinte **Declaração de Voto**:  
Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2024 -----

A análise do documento em discussão, agora já votado, deve ter em consideração a evolução dos valores desta taxa no concelho de Valongo, ao longo dos últimos anos. -----

Em 2017, o Partido Socialista ganhou pela segunda vez, a Câmara Municipal de Valongo. A grande diferença do primeiro mandato para o segundo residia no facto de o Partido Socialista ter passado a governar em maioria absoluta e, com base na sua própria avaliação, as contas do município estarem, por fim, equilibradas. Mas, apesar desse equilíbrio, o Partido Socialista decidiu aumentar o IMI de 0,355% para 0,409%, um aumento de 15,2%. -----

Em 2021, 2022 e 2023, o Partido Socialista fez pequenos ajustes e baixou o IMI para 0,37%. -----

Neste ano, é de saudar que continue este caminho de diminuição da taxa de IMI, mas a verdade é que essa diminuição continuará a ser muito menor do que o aumento realizado em 2018. A taxa proposta diminuirá o IMI para os 0,36%, mas este valor continuará a ser superior aquele com o qual o PS iniciou o seu mandato, sendo que na altura prometia uma baixa desta taxa. -----

Aquilo que os valonguenses ansiavam era de, pelo menos, passarem a pagar o IMI com base na taxa de 2018, ainda mais quando muitas famílias atravessam situações de perda de rendimento e aumentos muito significativos nos bens de consumo e em particular na habitação. -----

Assim, apesar de considerarmos positiva esta diminuição, abstivemo-nos, por a considerar muito insuficiente e muito aquém daquilo que era possível. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.8 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2023, a cobrar no ano 2024. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que sobre a derrama aplicada às empresas o PAN considera que o lucro tributável não é equitativo face ao volume de negócios, sugerindo que a tributação seja feita pelo mínimo, ou que exista um ajuste de escalões, para que o pequeno comércio local se torne mais competitivo e sólido, como se verifica em outros concelhos. -----

Disse de seguida que pode ser conseguido pela existência de três escalões em que isenta do pagamento da derrama as empresas com menos volume de negócios, tendo em conta as dificuldades que os pequenos e médios empresários estão a sentir face ao aumento dos juros, a Autarquia deve implementar ações que apoiem as empresas do concelho, nesse sentido o voto será contra a proposta apresentada. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que tendo em conta o documento o CDS/PP irá votar contra, pois Portugal e a Europa encontra-se em recessão provocada em grande parte pela guerra da Ucrânia que afetou as empresas de forma direta e indireta. -----

A intenção de voto prende-se de num Município tão pouco industrializado, e no decorrer das preocupações económicas atuais não se aproveitar fatores como a derrama para criar incentivo à criação e manutenção de empresas. -----

O CDS/PP tem defendido ao longo dos últimos anos um sistema variável com a isenção da derrama para empresas com menos de três anos, tendo em conta o esforço das empresas em termos económicos, a Câmara Municipal de Valongo deveria, a par de outros municípios, abdicar da derrama até uma melhoria da situação económica acrescentando uma isenção temporal ao documento, com o intuito de promover a criação e manutenção de empresas no concelho. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse a derrama é um tipo de imposto que jamais poderá ser usado como imposto que coloca em causa a viabilidade ou sustentabilidade das empresas, uma vez que incide apenas sobre o lucro tributável. -----

A cobrança da derrama constitui um importante reforço de financiamento dos projetos, planos de atividade dos municípios. -----

A Lei das Finanças Locais para além de prever a taxa normal e a taxa reduzida da derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros, também permite a isenção da derrama como forma de tratamento fiscal diferenciado com vista a favorecer a criação de mais postos de trabalho permanentes. -----

O Município de Valongo registava, no passado mês de agosto, mais de três mil trabalhadores sem emprego, dados do IEFP, destes mais 400 possuem nível de escolaridade superior, pelo que se impõem a utilização pelo Município de instrumentos de natureza fiscal para incentivar a instalação no território municipal atividades económicas com bom desempenho ambiental e geradoras de emprego permanente e com direitos. -----

O BE tem insistido para que sejam isentas de derrama as empresas estabelecidas no concelho que, para o ano de 2024, as que se estabeleceram dos anos 2021 e 2022, tivessem desenvolvido atividades que contribuíssem para a descarbonização da economia e que tenham, ou tivessem, mantido cinco ou mais postos de trabalho permanentes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.8 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2023, a cobrar no ano 2024, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 20 votos a favor sendo, 14 votos do Grupo Municipal de PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos/a Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Contra: 9 votos contra sendo, 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Abstenção: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Derrama 2024 -----

Na atual Lei das Finanças Locais, a derrama constitui uma forma de financiamento próprio dos municípios que incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----

A sua fixação é facultativa, sendo que as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir um máximo de 1,5. No entanto, os municípios podem aplicar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, e mesmo isentar em determinadas condições. -----

Em 2017, foi aprovada uma taxa que diferenciava positivamente as pequenas empresas; logo após o PS ter obtido a maioria absoluta abandonou essa diferenciação positiva, o que levou a CDU a votar contra as propostas subsequentes. -----

Para 2022, o PS voltou a propor essa diferenciação, o que levou ao voto favorável da CDU. Assim, mantendo a nossa posição, votamos favoravelmente a proposta apresentada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.9 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2024. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que o CDS/PP votará contra a proposta apresentada, pelo facto de ser mais um esforço financeiro para os munícipes, parece-lhe um mau aproveitamento dos recursos dos valonguenses manter a proposta do IRS, sabendo que uma redução da taxa iria criar um desafogo económico aos valonguenses, a taxa de participação inferior a 5% reverte para os munícipes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.9 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2024, tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Favor: 19 votos a favor sendo, 14 votos do Grupo Municipal de PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 4 votos dos/a Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Contra: 10 votos contra sendo, 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----

Abstenção: 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, fez a seguinte **Declaração de Voto**:

O Grupo municipal do BE, tem bem presente que a diminuição de impostos, principalmente os relacionados com o trabalho, é uma forma de aumentar o rendimento das famílias, ainda mais na atual crise económica. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No entanto, também temos bem presente que a participação tão variável no IRS aqui proposta são importantes receitas que contribui para a estabilidade financeira do município. -----

Atendendo a que, infelizmente, a maioria dos munícipes têm como referência o Salário Mínimo Nacional, portanto isento de IRS, e outra parte tem salários pouco superiores ao Salário Mínimo Nacional, entendemos que a redução da taxa apenas beneficiaria quem tem salários mais elevados. -----

A este motivo, acrescentamos que, via IRS, a forma de introduzir justiça fiscal é através de desdobramentos dos escalões de calculo de imposto anual, assim como através da melhoria dos salários como combate à crise que se agrava à maioria dos munícipes, mas essa não é opção que não passa diretamente pela Assembleia Municipal, pelo que acompanhamos a proposta da Câmara Municipal aqui apresentada, e o nosso voto foi a favor. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Participação Variável do IRS 2024 -----

A cada ano, todos os municípios têm direito a uma participação variável de até 5% no IRS dos seus munícipes. Se a taxa estipulada pelo município for inferior a 5%, a diferença reverte a favor dos munícipes. -----

Por exemplo, um município que estipule uma taxa de 4%, devolverá aos seus munícipes 1% do IRS coletado, o que significa que a um munícipe que tenha ma coleta líquida anual de 10.640€ (com um vencimento igual ao salário mínimo mensal de 760€), serão devolvidos 106,10€. -----

O partido Socialista, ao longo dos sucessivos mandatos, entendeu manter a aplicação da Participação Variável de IRS na taxa Máxima. -----

Apesar de sabermos que a diminuição deste imposto favorece sobretudo aqueles que mais têm, mas num ano, particularmente difícil para todos os trabalhadores, para além da penalização imposta a quem trabalha, a questão que colocamos é: na realidade, em que é que aplica a Câmara estes valores e a favor de quem? Ficará condicionada a atividade da Câmara Municipal de Valongo se a taxa for mais baixa? A quem fará mais falta esta verba? À Câmara Municipal de Valongo ou aos Valonguenses? -----

Pelo exposto, e mantendo a posição que assumimos nas anteriores Assembleias Municipais, votámos contra. ---

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.10 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2024. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, **Alfredo Costa Sousa**, disse que no país veem uma desorganização nas ruas, estão feias e inestéticas, com os cabos dependurados nos postes, alguns com vários cabos, cada vez que os utilizadores mudam de serviço é colocado um cabo sem que o que lá estava seja retirado. -----

A Câmara Municipal deveria onerar as empresas de telecomunicações nas passagens aéreas incentivando ao enterramento dos cabos. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

-----  
O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.10 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2024, tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

A favor: 23 votos sendo 14 votos do Grupo Municipal de PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do Nós Cidadãos e 4 votos dos/a Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Abstenções: 7 sendo 6 do Grupo Municipal do PPD/PSD e 1 do Grupo Municipal do PAN. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

Seguidamente colocou à votação a aprovação as minutas dos pontos 1, 1.1, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária: \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário: \_\_\_\_\_